

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2023

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EUROS

Rubricas		NOTAS		PERÍODOS	
				2023	2022
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos Fixos Tangíveis				675 904,99	709 294,53
Investimentos Financeiros				1 906,40	1 821,94
				677 811,39	711 116,47
Ativo Corrente					
Inventários				38 182,07	37 922,23
Créditos a Receber				9 810,09	9 411,68
Estados e Outros Entes Públicos				94,79	384,49
Outras Contas a Receber				62 742,12	49 474,65
Diferimentos				4 045,53	5 193,35
Caixa e Depósitos Bancários				16 699,69	21 198,91
				131 574,29	123 585,31
Total do Ativo				809 385,68	834 701,78
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Fundos Patrimoniais					
Fundos				456 029,67	456 029,67
Resultados Transitados				-20 691,23	28 336,81
Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais				244 199,36	253 068,30
Resultado Líquido do Período				8 894,00	-45 124,82
Total dos Fundos Patrimoniais				688 431,80	692 309,96
Passivo					
Passivo corrente					
Estado e Outros Entes Públicos				11 183,36	23 021,76
Outras Contas a Pagar				109 466,11	119 370,06
Diferimentos				304,41	0,00
Total do Passivo				120 953,88	142 391,82
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo				809 385,68	834 701,78

O Contabilista Certificado,

A Direção,

Afília Nunes

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODOS		NOTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	
2023	2022			
92 627,45	103 095,79	7,1	Vendas e serviços prestados	
499 998,43	451 489,49	8	Subsídios, doações e legados à exploração	
-53 802,11	-39 085,13	6	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
-53 837,58	-53 437,34	7	Fornecimentos e serviços externos	
-457 489,07	-487 766,66	10	Gastos com o pessoal	
20 814,55	21 034,76		Outros rendimentos	
-5 575,83	-5 586,29	7	Outros gastos	
42 735,84	-10 255,38		Resultados antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos	
-33 389,54	-34 412,00	4	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	
9 346,30	-44 667,38		Resultado operacional (antes de gastos financiam. e impostos)	
-452,30	-457,44		Gastos e Perdas de Financiamento	
8 894,00	-45 124,82		Resultado antes de impostos	
8 894,00	-45 124,82		Resultado líquido do período	

Euros

O Contabilista Certificado,

A Direção,

[Handwritten signature]

ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2023

1- Identificação da entidade

- 1.1- O Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho com N.I.P.C. 500879443 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.
- 1.2- Tem a sua sede na Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho, no lugar de Ariz, da freguesia de Godim, concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real.
- 1.3- Desenvolve a sua atividade nos termos dos seus estatutos, dando apoio à infância e à juventude, através das valências da creche, pré-primária e atividade de tempos livres.

2- Referencial contabilístico de preparação de demonstrações financeiras

- 2.1- As demonstrações financeiras em análise são consistentes de um período para o outro, quer a nível de apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, tendo como referencial o Sistema de Normalização Contabilística, contextualizado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).
- 2.2- Na sua elaboração não foram dadas quaisquer disposições definidas na Norma e a sua estrutura manifesta de forma fidedigna a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição, cujos conteúdos e quantias são manifestamente comparáveis com os do período anterior.

3- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

- a) Com a apresentação das suas demonstrações financeiras a entidade pretende proporcionar aos seus utilizadores, de modo fiável e transparente, toda a informação útil para a sua eventual tomada de decisões. Para isso, preparou-as de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes da Estrutura Conceptual (EC) num escrupuloso respeito por todos os princípios emanados da correspondente Norma (NCRF-ESNL). Nesse contexto, a semelhança dos períodos anteriores, são de salientar designadamente:
 - O pressuposto da continuidade, que assenta na informação disponível e nas expectativas esperadas no futuro relativamente à manutenção e desenvolvimento dos objetivos para que foi instituída;
 - a consistência na aplicação das mesmas políticas contabilísticas em relação a períodos anteriores;
 - o regime do acréscimo, segundo o qual os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando se evidenciam independentemente da ocorrência dos fluxos de caixa;
 - a materialidade e a agregação que se traduz na apresentação separada das diversas classes de itens atendendo à sua materialidade e semelhança;
 - a ausência de qualquer compensação entre ativos e passivos ou rendimentos e gastos,
 - não ignorando a desejável comparabilidade das demonstrações financeiras no que concerne à quantificação e conteúdo dos seus itens.
- b) Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas para além das que decorrem de cada capítulo da Norma.

c) As DF em anexo foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações: segundo as informações e as expectativas do futuro presente disponível levam-nos à conclusão de que a entidade irá manter-se ativa continuando a desenvolver os objetivos para que foi instituída.

3.2 – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Existem itens nas demonstrações financeiras que por não poderem ser mensurados com precisão, têm vindo a ser estimados mediante a utilização de juízos de valor disponíveis... Na verdade, o uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não diminui a sua fiabilidade.

O efeito de alteração numa estimativa contabilística tem vindo a ser reconhecida de modo prospetivo: é aplicável a transações, outros acontecimentos ou condições apenas a partir da data da sua alteração.

Neste contexto, a instituição tem vindo a efetuar no final de cada período uma cuidada reapreciação das depreciações do seu imobilizado orientando-se pelas normas preconizadas no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro. Não mereci, contudo, assinalar aqui qualquer referência a alterações ou ajustamentos diferenciados dos observados em exercícios anteriores.

Não foram detetados erros materiais ou imateriais que mereçam reexpressão contabilística.

4- Ativos Fixos Tangíveis

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), no seu capítulo 7, prescreve orientações para que os utentes das demonstrações financeiras possam colher a informação necessária acerca do investimento da entidade no seu imobilizado corpóreo e bem assim as suas respectivas alterações.

Nesse contexto, ponderadas as condições de reconhecimento do item, procede à sua mensuração e após a depreciação das respectivas depreciações, evidência-o no ativo do seu balanço.

Passa-se a divulgar, em cumprimento da Norma, as rubricas consideradas como mais relevantes.

4.1 - Mensuração, depreciação e vidas úteis:

a) Critérios de mensuração usados na determinação da quantidade escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade.

Os custos subsequentes relacionados com estes itens são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As demais despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática de período para período, durante a sua vida útil, segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a menos que ocorra alguma alteração significativa no modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos associados a esse ativo.

Em cada período é feito o seu reconhecimento como gasto evidenciado na Demonstração de Resultados por Naturezas.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Depreciação	Taxas
Edifícios e outras construções	2,00
Conserv. e benfeitorias nos edifícios	10,00
Equipamento de transporte	8,33
Equipamento administrativo	10 – 33,33

Taxas estimadas por grupo dos bens:

Na determinação da vida útil dos bens, a qual começa quando estes estejam disponíveis para uso, isto é, na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida, é ponderado o seu uso esperado e o desgaste normal provável, utilizando-se para o efeito o definido no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

d) Quantidade bruta escriturada e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Situação inicial		Situação final	
Descrição	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Bruta
Terrenos e recursos naturais	24 939,89	0,00	24 939,89
Edifícios e outras construções	1 563 528,55	888 896,64	674 631,91
Equipamento básico	165 541,36	162 093,66	3 447,70
Equipamento de transporte	101 747,34	97 413,14	4 334,20
Equipamento administrativo	29 688,96	28 115,43	1 573,53
Outros ativos fixos tangíveis	10 868,98	10 501,68	367,30
Total	1 896 315,08	1 187 020,55	709 294,53
			1 896 315,08
			1 220 410,09
			675 904,99

Reconciliação da quantidade escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Transferências	Depreciações	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e outras construções	674 631,91				31 490,36	643 141,55
Equipamento básico	3 447,70				642,44	2 805,26
Equipamento de transporte	4 334,20				541,45	3 792,75
Equipamento administrativo	1 573,53				503,28	1 070,25
Outros ativos fixos tangíveis	367,30				212,01	155,29
Total	709 294,53				33 389,54	675 904,99

4.2 - Ao serviço da instituição não existem quaisquer itens do ativo fixo tangível expressos em quantias revalorizadas.

5-Ativos intangíveis

Um ativo intangível é um item identificável, sem substância física, que se espera que seja usado durante mais do que um período. A instituição possui um software, identificável como “programa de gestão do pessoal”, com utilidade, contudo não figura no ativo do seu balanço por se encontrar totalmente amortizado.

6- Inventários

6.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e referência à fórmula de custeio usada:

Na contabilização dos inventários foi respeitado o capítulo 11 da NCRF-ESNL que preconiza o seu tratamento como um ativo e a sua mensuração ao preço de custo. Este compreende o valor de compra e os respetivos impostos não subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais, para além de outros custos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Relativamente aos inventários recebidos gratuitamente, estes são mensurados ao custo histórico ou ao custo corrente, dos dois o mais baixo.

As demonstrações financeiras evidenciam de modo claro, através do balanço, o valor dos inventários em armazém até ao momento do seu desconhecimento e da demonstração dos resultados por naturezas o gasto consumido.

Quanto à fórmula de custeio, é de referir que as mercadorias e as matérias primas são identificáveis pela utilização específica dos seus custos individuais, em contexto de inventário permanente, sendo elaborado através de contagem física dos bens uma listagem, na qual é evidenciada a quantificação real e a respetiva valorização do gasto mensal.

6.2 – Quantidade escriturada de inventários em classificações apropriadas e quantidade de inventários reconhecida como gasto no período comparativamente com o exercício de 2022:

Exercício 2023		Exercício 2022	
Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo	Mercadorias
Saldo inicial	37 774,58	147,65	29 069,90
Compras		28 977,17	
Reclassificação / Regularização		25 084,78	10 392,42
Saldo final	37 774,58	407,49	37 774,58
Gastos no período	0,00	53 802,11	1 687,74
			37 397,39

7- Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos decorrentes da gestão quotidiana da instituição são registados no período independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio do acréscimo.

A instituição enquadra-se no artigo 9.º n.º 7 do CIVA, pelo que o rédito compreende os valores faturados isentos do imposto sobre o valor acrescentado.

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

As prestações de serviços expressas nas demonstrações financeiras englobam na sua generalidade as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios

D e s c r i ç ã o	2023	2022	Total:	
			2023	2022
Trabalhos especializados	2 450,82	2 344,38		
Honorários	8 988,00	6 516,00		
Conservação e reparação	2 696,40	4 959,94		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	354,00	413,15		
Material de escritório	1 823,36	1 537,28		
Artigos para oferta		29,69		
Material didático	897,32	693,61		
Eletricidade	6 553,70	8 062,09		
Combustíveis	17 139,96	13 392,79		
Água	2 432,31	4 385,78		
Deslocações e estadas	10,00	28,42		
Comunicação	1 365,44	1 627,76		
Seguros	4 621,84	4 421,31		
Limpeza, higiene e conforto	4 265,72	4 059,70		
Outros serviços	238,71	965,44		
Total:			53 837,58	53 437,34

i) Descrição dos “gastos” contabilizados na conta 62 – “Fornecimentos e Serviços Externos” com a descrição comparativa dos realizados em 2022 e 2023:

Nesta rubrica é de realçar as seguintes informações:

b) Gastos do período:

O abaixamento verificado em “Prestações de serviços” é justificado pela maior abrangência da medida da “gratuidade” extensível aos utentes da creche definida pela 198/22, de 27 de julho.

Categoria	2023	2022	Total:	
			2023	2022
Venda de bens			280,00	
Prestações de serviços	91 607,45	101 582,79		
Total:			91 607,45	101 862,79

a) Quantidade de cada categoria de rédito reconhecida no período, para além das quotizações dos sócios no montante de 1.020,00 euros:

O rédito encontra-se mensurado pela quantia da retribuição recebida ou a receber pela entidade.

8-Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são auxílios de entidades públicas com vistas ao cumprimento de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade.

A Instituição tem vindo a receber subsídios, não reembolsáveis, uns relacionados com ativos depreciables e outros relacionados com rendimentos.

Na sua contabilização é-lhe subjacente o princípio do balançamento entre rendimento e gasto com o pressuposto de denominado regime do acréscimo. Assim, são anualmente tidos como rendimentos do período no momento e na mesma proporção em que forem reconhecidos os correspondentes gastos subsidiados.

Os relacionados com os AFT, inicialmente reconhecidos em capitais próprios, são anualmente imputados numa base sistemática a rendimentos com o balançamento das respetivas depreciações. Situam-se neste enquadramento os obtidos no âmbito dos Projetos 015/00/NRT/T1, POEFDs – Eixo 5 – Medida 5.6 referente à ampliação e remodelação do edifício principal e à aquisição de equipamento. - vd. ponto 9.1.

Os relacionados com rendimentos (também designados de exploração) são reconhecidos na demonstração dos resultados durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados – vd. ponto 9.2.

D e s c r i ç ã o	2023	2022
Impostos	319,91	315,90
Correções relativas a períodos anteriores	5 223,92	5 000,39
Quotizações		270,00
Outros não especificados	32,00	
Total:	5 575,83	5 586,29

ii) Descrição sumária de outros gastos:

8.1 – Descrição dos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis constantes em “Outras variações nos fundos patrimoniais”

NO BALANÇO	Saldo inicial	Aquisições no período	Utilização no período	Saldo 31/12/2023
SUBSÍDIOS RELATIVOS A ATIVOS TANGÍVEIS				
<i>Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</i>				
593 – Subsídios:				
Relativos à remodelação e ampliação das instalações:				
Componente PIDDAC	32 920,59		997,60	31 922,99
Componente FEDER	90 321,22		2 734,76	87 586,46
Componente Pública Nacional	59 698,24		1 808,84	57 889,40
Município do Peso da Régua	35 000,00		2 500,00	32 500,00
	217 940,05		8 041,20	209 898,85
594 – Doações	35 128,25		827,74	34 300,51
TOTAL:	253 068,30		8 868,94	244 199,36

NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	2023	2022
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO		
751 – SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS:		
Do Centro Regional da Segurança Social:		
Rel. Creche	220 295,09	203 921,72
Rel. Educação Pré-Escolar	153 749,87	144 389,52
Compensação salarial – Ministério da Educação	56 007,96	46 174,68
Rel. Centro de Atividades de Tempos Livres	16 465,73	16 949,45
Rel. Layoff e Apoio Família		5 428,08
IEFP – Centro de Emprego	172,94	
	446 691,59	416 863,45
752 – Subsídios de outras entidades	1 699,62	280,00
Total dos subsídios	448 391,21	417 143,45
753 – DOAÇÕES E HERANÇAS	51 607,22	34 346,04
TOTAL:	499 998,43	451 489,49

9- Instrumentos financeiros

9.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

A entidade mensura os seus ativos e passivos financeiros ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Desreconhece um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando, respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida com o contrato é liquidada.

Relativamente aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no respetivo valor nominal.

Descrição comparativa das contas de terceiros:	Exercício de 2023		Exercício de 2022	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Clientes e utentes	9 810,09		9 411,68	
Fornecedores				
Estado e outros entes públicos	94,79	11 183,36	384,49	23 021,76
Outras contas a receber e a pagar	62 742,12	109 466,11	49 474,65	52 616,09
	72 647,00	120 649,47	59 270,82	75 637,85



9.2 – Não foram contabilizados instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

9.3 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais:

Rúbricas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados transitados	- 16 788,01	3 903,22	8 894,00	- 11 797,23
Out. variações Fundos Patrimoniais:				
Subsídios	217 940,05	8 041,20		209 898,85
Doações	35 128,25	827,74		34 300,51
Total:	692 309,96	12 772,16	8 894,00	688 431,80

10 – Benefícios dos empregados

10.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 22 (vinte e dois)..

10.2- Número de membros dos Órgãos Diretivos: A Direção é constituída por 6 sócios efetivos; o Conselho Fiscal formado por 3 efetivos e a Mesa da Assembleia igualmente por 3 sócios efetivos. Nenhum sócio é remunerado pelo desempenho das suas funções.

10.3 – Descrição comparativa dos gastos com o pessoal suportados em 2022 e 2023:

Descrição	2023	2022
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas	368 741,41	394 798,60
Encargos sobre remunerações	82 143,48	86 418,74
Seguros ac. trabalho e doenc. Profis.	4 530,28	4 580,25
Outros gastos com o pessoal	2 073,90	1 969,07
Total:	457 489,07	487 766,66

11-Acontecimentos após a data do balanço:

11.1 - As demonstrações financeiras apresentadas pela instituição foram preparadas numa base sistemática de continuidade e não se verificaram divergências relativas a acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do balanço.

12-Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida por normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe aqui como exigível.

13 - Outras divulgações

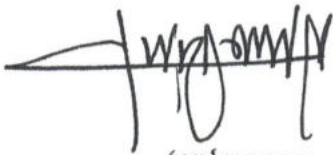
13.1 - A instituição não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social.

13.2 - Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo, quaisquer informações que mereçam destaque para além do acima referido.

O Contabilista Certificado,



A Direção,



S.ª, Sofia Nunes